UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM CRUZ ALTA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA

EVA ALTINA RODRIGUES DA SILVA

AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), NA ESCOLA SANTA CLARA, NA CIDADE DE TUPANCIRETÃ, RS: Um relato das expectativas dos familiares.

CRUZ ALTA
2019

EVA ALTINA RODRIGUES DA SILVA

AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), NA ESCOLA SANTA CLARA, NA CIDADE DE TUPANCIRETÃ, RS: Um relato das expectativas dos familiares.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Me. Odilon A. Stramare

CRUZ ALTA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586d Silva, Eva Altina Rodrigues da

As dificuldades de inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (tea), na escola santa clara, na cidade de tupanciretã, rs: um relato das expectativas dos familiares. / Eva Altina Rodrigues da Silva – Cruz Alta, 2019.

38 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade de Cruz Alta, 2019.

Orientador: Prof. Me. Odilon A Stramare

1. Educação infantil. 2. Família e educação. I. Stramare, O. A. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Uergs

EVA ALTINA RODRIGUES DA SILVA

AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), NA ESCOLA SANTA CLARA, NA CIDADE DE TUPANCIRETÃ, RS: Um relato das expectativas dos familiares**.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Aprovado em...../...../.....

BANCA EXAMINADORA

_____

ORIENTADOR: Prof. Me. Odilon A. Stramare
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

_____

Prof.ª Me. Maria da Graça Prediger Da Pieve
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

_____

Prof.ª Dra. Maria Clara Ramos Nery
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

CRUZ ALTA

2019

Dedico a Deus, meu amigo e companheiro;

Dedico aos meus pais, pelo empenho e por estarem sempre ao meu lado;

As minhas irmãs e irmão, pela ajuda sempre me incentivando;

Dedico a todos os professores, que me ajudaram e acompanharam durante esses anos de faculdade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, especialmente:

A Deus, a quem devo minha vida;

A minha família, que sempre me apoiou nos estudos e nas minhas escolhas tomadas;

A minha eterna mãe, que sempre me incentivou a nunca desistir dos meus objetivos e sempre me dizia para ir fazer a faculdade e concluir;

Ao orientador professor Odilon A. Stramare, que teve papel fundamental na elaboração deste trabalho; também ao professor Fabrício Soares e a professora Helenara Machado de Souza que são os professores desta disciplina, os quais foram fundamentais nas orientações em aula;

Aos meus colegas, pelo companheirismo e disponibilidade para me auxiliar em vários momentos;

RESUMO

O presente trabalho de conclusão intitulado “As dificuldades de inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) nas escolas regulares da cidade de Tupanciretã: um relato dos familiares”. Como objetivo principal procurou verificar como está acontecendo o processo de inclusão de alunos com autismo nas escolas regulares de classes comuns, da cidade de Tupanciretã e, inclusive, identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos familiares desses alunos para inclui-los. Ao encontro disso, esta pesquisa teve como questão-problema, a seguinte pergunta: “Quais as dificuldades enfrentadas pelos familiares dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que frequentam a instituição Santa Clara, uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), para incluí-los numa escola de ensino regular? Por essa razão, a escolha da temática justifica-se pela importância do processo de inclusão para os alunos com TEA acerca do seu desenvolvimento por completo. A coleta de dados foi feita na Instituição Santa Clara, APAE de Tupanciretã/RS, onde após uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, uma apresentação da pesquisa para a direção foi elaborado dois questionários com perguntas abertas, o primeiro foi feito a diretora da mesma e teve como objetivo conhecer o funcionamento e identificar o número de alunos frequentes que diagnosticado com autismo, o segundo foi elaborado para se entregue ao pais que aceitasse participar da pesquisa, e por orientação da direção ela mesma entregou e explicou como proceder. Os resultados se mostraram de forma satisfatória, respondendo ao problema inicial da pesquisa e identificando as principais dificuldades encontradas ao acesso à escola regular, segundo as informações obtidas. Sendo assim podemos concluir com a presente pesquisa a existência de Leis que tratam a educação inclusiva como direito, mas que isso está muito no papel, o autismo é um assunto que precisa ter muito mais destaque e atenção do poder público, que precisa oferecer capacitação para os profissionais, o diagnóstico de autismo vem junto com muitos desafios precisamos buscar formas para melhor trabalhar com ele.

Palavras-Chave: Educação. Inclusão. Autismo. Transtorno Espectro Autista (TEA).

ABSTRACT

This study originated from a field research, which aimed to identify the difficulties that Autistic Spectrum Disorder (ASD) patients encounter to enter regular school. Data collection was made at the Santa Clara Institution, Tupanciretã/RS APAE, where after a bibliographic research on the subject, a presentation of the research for the management was elaborated two questionnaires with open questions, the first was made the director of the same and aimed to know the functioning and identify the number of frequent students who diagnosed with Autistic Spectrum Disorder (ASD), the second was elaborated to give herself to parents who agreed to participate in the research, and by direction orientation of the same . The results were satisfactorily, responding to the initial research problem and identifying the main difficulties encountered in regular school access, according to the information obtained. Therefore we can conclude this research emphasizing the existence of laws that treat inclusive education as a right plus this is very much on paper, Autistic Spectrum Disorder (ASD) is a subject that needs to have much more prominence and attention from the public authorities, which needs to offer training to professionals, the diagnosis of autism comes along with many challenges we need to look for ways to better work with it.

Key words: Education; Inclusion; Autism. Autistic Spectrum Disorder (ASD).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 REFERENCIAL TEÓRICO 12
2.1 EDUCAÇÃO UM DIREITO DE TODOS 12
2.2 EDUCAÇÃO E INCLUSÃO NO BRASIL 13
2.3 TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA (TEA) 16
2.4 INCLUSÃO DOS AUTISTAS NA ESCOLA 19
3 METODOLOGIA 22
3.1 TIPO DE ESTUDO 22
3.2 SUJEITO DE ESTUDO 23
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 23
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS 23
3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS 24
3.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS 24
4 RESULTADOS E DISCUSSÔES 25
REFERÊNCIAS 30
APÊNDICE A: Questionário destinado a direção da instituição 32
APÊNDICE B: Questionário destinado aos País 34
APÊNDICE C: Termo de consentimento e livre esclarecimento 35
APÊNDICE D: Carta de Apresentação 37
ANEXO A: Declaração de Instituição Co-participante 38

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido alvo de grandes debates no mundo inteiro. Por esse motivo, este assunto se tornou mais instigante, pois muitas pessoas conhecem alguém com o diagnóstico de autismo, mas não sabem o que ele representa para família como um todo. De certa maneira, o autismo, por muito tempo, foi uma temática desconhecida, mas devido as campanhas sociais através das mídias, este assunto passou a ser conhecido pela sociedade.

Em vista, disso, essa será nossa abordagem investigativa; olharemos para os relatos das expectativas dos familiares na direção da busca da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas escolas regulares da cidade de Tupanciretã:

Pode-se dizer que, o autismo é apenas um dos transtornos que integram o quadro de Transtorno do Espectro[1] Autista (TEA), conforme explica Adriana Moral na “Cartilha Entendendo o Autismo” (MORAL et al., 2017). O Transtorno do Espectro Autista (TEA), não é uma doença e sim uma condição, a qual é caracterizada por prejuízos em duas esferas: comunicação social, quantitativa e qualitativa, e comportamento, que apresenta padrões repetitivos e restritos, sinais e sintomas básicos, como dificuldade de interação social, déficit de comunicação social (MORAL et al., 2017), entre outros.

Diante da constatação de sintomas acima relatados, o diagnóstico de autismo (TEA) é o início dos esclarecimentos dos familiares e traz consigo muitos desafios para as famílias, pois, existem grandes preconceitos no meio social, assim como na disponibilidade de acesso à educação formal e regular. As dificuldades de inclusão em qualquer meio são imensas.

É importante colocar que, no Brasil, a Lei 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, determina que pessoas com autismo tem direito de frequentar escolas regulares e de solicitar acompanhamento nesses locais, se necessário, mas os desafios desta inclusão ainda são uma barreira.

Levando em consideração a importância do assunto e percebendo a grande dificuldade da sociedade em compreender os autistas, assim como a inclusão dos

[1] A autora Silvane Inês Pieczkowski (2018, p. 21) “o conceito espectro se reflete aos desafios que as pessoas com autismo poderão enfrentar e como elas podem ser afetadas diante desses desafios.”

mesmos, pensou-se no tema desta pesquisa, tomando como questão-problematizadora: “Como está ocorrendo o processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na questão de transição de uma escola APAE para uma escola de ensino regular, no município de Tupanciretã /RS, e quais as dificuldades enfrentadas pelos familiares destes alunos para incluí-los?

Esta pesquisa apresenta como objetivo principal verificar como está acontecendo a inclusão dos alunos com TEA no ensino regular e, inclusive, identificar as principais dificuldades encontradas pelos familiares desses alunos para que esses sejam incluídos nas escolas de classes comuns, na cidade de Tupanciretã/RS.

Como objetivos específicos são esses: verificar como se dá o ingresso dos alunos na instituição regular; verificar se os professores estão capacitados para atender esse perfil de aluno; conhecer quais dos desafios enfrentados pelos familiares desses alunos com TEA para incluí-los em escolas regulares.

Para que, foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica sobre TEA e em documentos legislativos, para ter um melhor entendimento no assunto. Posteriormente, realizou-se um mapeamento para localizar a instituição a ser escolhida para a investigação. Após, foram distribuídos alguns questionários aos participantes da pesquisa, que foram os pais dos alunos com TEA e a diretora da instituição da APAE. Por fim foi elaborada uma tabulação das respostas, obtidas e elaborado um texto para que chegássemos a uma aproximação que responda nosso problema e convergisse a conclusão do estudo.

O assunto autismo é um tema bem amplo e pode ser abordado de várias formas, a inclusão na escola regular é apena um deles, por isso esse estudo busca-se fazer importante averiguando caminhos de esclarecimento e benefícios, indicando a importância deste tema para a sociedade atual, assim como para a comunidade acadêmica pois, há um esforço na direção de complementar as abordagens do Transtorno do Espectro Autista (TEA), entendido no meio de atuação dos locais como autismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo a seguir apresenta o referencial teórico, trazendo informações de fontes confiáveis e recentes que justifique a pesquisa e que, por conseguinte, informam e situam o leitor sobre o assunto abordado.

2.1 EDUCAÇÃO UM DIREITO DE TODOS

A educação é um dos pilares de qualquer sociedade, engloba processos como o de ensinar assim como o de aprender, e está presente desde os primórdios de nossa civilização mesmo que não percebemos.

O termo Educação vem de origem do Latim, *E-ducere*, que significa conduzir (ducere) para fora, também pode significar a ação de formar, instruir, guiar.

A Educação constitui-se nos processos formais e organizados, realizados nas Escolas, com a finalidade de promover “o desenvolvimento pleno do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

No Brasil, destacamos desde o período colonial, a educação deu-se, primeiramente, como um processo de catequização dos povos nativos que aqui habitavam, a colônia precisava impor seus costumes e sua cultura assim como sua religião. Para alcançar seus objetivos necessitavam ensinar aos povos que aqui habitavam ler e a escrever, e assim nasceu no Brasil a primeira forma de ensino, ministrada pelos Padres Jesuítas da Companhia de Jesus.

A forma de educação que conhecemos hoje é um processo de uma caminhada e de longas lutas, destacando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394 de 1996, que é considerada um marco, pois é ela que norteia todo o ensino básico de nosso país.

Mas primeiramente falaremos aqui como a educação é tratada na Constituição Federal de 1988 que é a Lei que rege nosso País, sendo que em seu artigo 205 destaca:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

> desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL. 1988)

Logo, o direito a educação está garantido por Lei Federal, como é dever do estado e da própria família manter crianças menores na escola, e conforme Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90:

> Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 1990)

Até o momento falamos apenas no dever do estado em garantir a educação, no entanto, não devemos esquecer da importância da família, a qual está devidamente elencada no artigo 205 da Constituição Federal e, assim como, no artigo 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o qual destaca que: “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Sendo assim, podemos observar, que a educação está assegurada por Lei, e que é dever do Estado e da família, oferecer e garantir esse direito de todos os cidadãos brasileiro.

2.2 EDUCAÇÃO E INCLUSÃO NO BRASIL

O princípio de inclusão parte do direito à Educação para todos, conforme está estabelecido na Constituição Federal Brasileira de 1988. Por muito tempo a educação foi considerada um privilégio, primeiramente de sujeitos com certo poder econômico (Brasil Colônia), depois de pessoas as quais a sociedade determinava como um padrão de normalidade. Pessoas com deficiência não tinham acesso há qualquer tipo de educação, ficavam a margem desta sociedade.

Com o passar dos anos, apenas em 1994, com a Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca na Espanha, discussões sobre a educação para

pessoa com deficiência, começam a tomar destaque em vários países, bem como no Brasil.

> Este documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário, independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. A Declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais (SANTOS; SANTOS, 2016, p. 6).

Após essa conferência discussões começam a se formar sobre princípios, políticas e práticas em educação especial, que proclamam as escolas regulares inclusivas como meio mais eficaz de combater a discriminação e determinam que as escolas devam acolher todas as crianças, independentemente, de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas (XAVIER, 2012).

Outro passo muito importante na caminhada para os direitos de pessoas com deficiência foi a Convenção de Guatemala de 1999, a qual foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 (BRASIL, 2001) que estabelecia há pessoas com deficiência os mesmos direitos que qualquer das demais, sem discriminação.

Quando falamos em educação inclusiva[2] devemos pensar numa escola que se adapta ao indivíduo e que busca o incluir e não o contrário, sempre lembrando que os tipos de necessidades são de diferentes níveis e aspectos. Sassaki (2003) define educação inclusiva como:

> Educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (SASSAKI, 2003, p.15).]

Assim, inclusão escolar é acolher todas as pessoas sem exceção no sistema de ensino regular, mesmo que seja comumente associada a pessoas com algum tipo de deficiência física, inclui alunos com deficiência intelectual, auditiva, visual e

---

[2] É importante colocar que, as autoras Ana Luiza Barbosa Maciel e Tatiana Luiza Rech (2018, p. 82) colocam que ao “pensar a Educação Inclusiva como sendo um “direito fundamental” é partir do pressuposto de que todos têm assegurado o direito a educação regular, independente de suas características individuais”.

múltipla, transtorno do espectro autista (autismo) e altas habilidades, sem confundir o termo inclusão com integração.

Na inclusão, como mencionado acima, a escola se adequa a realidade do aluno, já na integração, o aluno com algum tipo de deficiência ou transtorno deve se adaptar a realidade exigida pela sociedade. Portanto, não devemos confundir as mesmas.

> A inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos. (SOUZA, 2019, p.)

Na inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas sim como diversidade que podem se tornarem aprendizados a todos, buscando combater o preconceito e levando ao reconhecimento. Isso não significa que não haja dificuldades ou desafios.

A LDB 9394/96 garanta em Artigo 59:

> Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Mesmo assim podemos destacar que dentre os principais desafios hoje encontrados na inclusão escolar estão: a formação dos profissionais envolvidos, professores e funcionários, juntamente com a infraestrutura da escola, o combate ao preconceito, apoio especializado, adequação do currículo, e as tecnologias. E estas demandas podem ser consideradas as mais emergentes para o aprofundamento do processo de inclusão, neste momento.

A educação como um direito de todos, não deve ser vista apenas como um cumprimento obrigatório, pois, “fazer valer o direito à educação, para todos, não se limita a cumprir o que está na lei e aplicá-la sumariamente, às situações

discriminadoras. O assunto merece um entendimento mais profundo da questão da justiça” (MANTOAN, 2006, apud OLIVEIRA, 2015, p. 16).

A inclusão de alunos em escolas regulares não trata apenas de pessoas com problemas físicos ou mentais, como muitos pensam, mas inclui alunos com transtornos do espectro do autismo, sendo estes objetos deste estudo.

2.3 TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) compreende diferentes condições caracterizadas por desafios com habilidades sociais, comportamentos repetitivos, fala e comunicação não-verbal. Sendo assim o TEA, é uma condição geral para um grupo de desordens do desenvolvimento do cérebro, que engloba: o Autismo; a Síndrome de Asperger; Transtorno Infantil Desintegrativo; e o TGDSOE.

A origem da palavra “autismo” derivada do grego “autos”, significa “voltar-se para si mesmo”, (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012). Esse termo já é usado algum tempo, desde 1911, Bleuler definiu o termo como “perda de contato com a realidade, causada pela impossibilidade ou grande dificuldade na comunicação interpessoal” (KENYON; KENYON; MIGUEL, 2002, p. 11). Assim com o passar dos tempos vários pesquisadores, médicos entre outros começaram a classificar e tentar explicar melhor o autismo.

Os autores Silva, Gaiato e Reveles (2012), apontam que só na década de 1980, o autismo recebeu um reconhecimento especial, diferente da esquizofrenia, possibilitando o surgimento de um número maior de estudos científicos, com denominação do diagnóstico correto e com especificação dos critérios de inclusão. Assim após estes acontecimentos, o autismo passa a ser tratado como uma síndrome, como um distúrbio do desenvolvimento e não mais como uma psicose.

Então, o que realmente é o autismo, podemos dizer resumidamente dentre os vários conceitos que o autismo é caracterizado como dificuldade de comunicação e interação social, comportamentos repetitivos, como manias, apego excessivo a rotinas, interesse intenso em coisas específicas e dificuldade de imaginação, pode ser classificado em graus diferentes que vai de leve a alto.

Assim, então, o autismo[3] sendo um transtorno de desenvolvimento que compromete as habilidades de comunicação e interação social, para ser identificado é preciso providenciar uma avaliação médica, pois as características são muito sutis.

Os sintomas de autismo variam muito de uma criança para outra, existem crianças que têm hipersensibilidade outras tem hipersensibilidade, tem crianças apresentam estereotipias (ações repetitivas) outras não, outras com comprometimento maior na fala outras menos, logo então é muito importante perceber estas diferenças, pois um diagnóstico precoce é muito importante, para estabelecer o tratamento adequado.

A maioria dos pais de crianças com autismo começam a perceber que tem algo errado geralmente até os 3 anos de vida. Algumas crianças costumam não apresentar sintomas antes dos 2 anos de idade, os sintomas do autismo são classificados de moderados a graves. (VINOCUR, 2017).

Pessoas com autismo normalmente apresentam problemas na fala, tendo sua comunicação afetada, esses problemas podem variar para cada indivíduo, alguns se se quer conseguem pronunciar as palavras outros não formam frase complexas com logica.

Como já mencionado anteriormente, existem diversos sintomas que podem indicar autismo, mas nem sempre a criança apresentará todos eles, e podem ser agrupados: social, sensorial e comportamental.

Indivíduos com autismo apresentam dificuldades de envolvimento social, mas o seu desenvolvimento físico é normal, ou seja, não possuem uma característica física que os distinguem dos demais. O que os diferenciam é que os mesmos têm grande dificuldade para firmar relações sociais ou afetivas e preferem viver em um mundo mais isolado. Podemos assim citar algumas características como: Dificuldade de fazer amigos; é retraído; pode evitar o contato visual; falta de empatia; dificuldades com sons altos, entre outros.

Podemos afirmar que os portadores de autismo possuem uma integração sensorial diferenciada, interpretam e respondem a ações do dia a dia de outra forma.

---

[3] Baseado em Revisões de VINOCUR Md. Em https://www.minhavida.com.br/saude/temas/autismo

Uma criança autista pode por exemplo, ter a visão, audição, tato, olfato ou paladar ampliados ou diminuídos, possui hipersensibilidade ou hipersensibilidade, ou seja, pode achar ruídos normais dolorosos e cobrir os ouvidos com as mãos, evitam contato físico ou visual.

> Dessa forma, pessoas com autismo experienciariam uma sobrecarga sensorial durante a interação social, considerando-se que o ser humano é uma das fontes mais ricas de estimulação simultânea: tom da voz (estímulo auditivo), expressão facial (estímulo visual), gestos (estímulo visual periférico) e referência a objetos e eventos ao redor (estímulo visual e auditivo periférico). O retraimento social e as estereotipias seriam formas de fugir dessa sobrecarga (BOSA, 2001)

Nas brincadeiras, as crianças autistas também apresentam comportamento diferenciando, por não gostarem do contato físico, não respondem bem a brincadeiras de colo, como o “cavalinho”, nem gostam de imitar (fazendo caretas, por exemplo). Também evitam a interação com outras crianças e fogem de atividades em grupo como “esconde-esconde”.

> Pessoas com autismo apresentam muitas dificuldades na socialização, com variados níveis de gravidade. Existem crianças com problemas mais severos, que praticamente se isolam em um mundo impenetrável; outras não conseguem se socializar com ninguém; e aquelas que apresentam dificuldades muito sutis, quase imperceptíveis para a maioria das pessoas, inclusive para alguns profissionais. Estas últimas apresentam apenas traços do autismo, porém não fecham diagnóstico (SILVA. 2012, p. 22).

Sendo assim, as crianças com autismos normalmente preferem brincar sozinhas, do mesmo modo apresentam dificuldades na utilização de brinquedos, sendo comum notar que portadores desta condição utilizam os brinquedos de maneira distinta, como brincar com um carrinho com as rodas para cima.

Mas, mesmo em momentos não sociais, como na hora de dormir, comer ou da higiene as crianças autistas também apresentam comportamentos diferentes, podem acontecer acessos de raiva intensos, hiperatividade ou passividade, comportamentos agressivos, movimentos repetitivos. Em relação a movimentos estereotipados Silva (2012) salienta:

> Os comportamentos motores estereotipados e repetitivos, como pular, balançar o corpo e/ou as mãos, bater palmas, agitar ou torcer os dedos e fazer caretas, são sempre realizados da mesma maneira e alguns pais até relatam que observam algumas manias na criança que desenvolve tais comportamentos. (SILVA, 2012, p.39)

Quando falamos em diagnóstico, devemos salientar que quando este acontece precocemente, existe uma chance de buscar melhores alternativas para uma melhor qualidade de vida. Embora não haja uma cura, e nem se saiba sua causa, o autismo já tem um tratamento que devem ser introduzidos tão logo seja feito, é continuo, mas não se pode dizer que exista um tratamento padrão, ele pode variar de acordo com o ínvido e como ele se adapta e evolui com o mesmo.

Os estudantes com autismo assim como suas famílias, enfrentam diversas e significativas lutas durante sua vida, em diversas vertentes, tais como a luta pela inclusão na sociedade, melhores esclarecimento para a sociedade sobre o assunto, quando falado em politicas públicas lutam por tratamento igual, qualificação dos profissionais envolvidos, ou seja, precisa haver uma conscientização de todas as esferas da sociedade sobre o assunto.

2.4 INCLUSÃO DOS AUTISTAS NA ESCOLA

A inclusão social é assunto muito pautado em vários âmbitos, pois o mesmo vem sendo tratado como uma política de Estado, o qual criou legislações que as defendem e as evidenciam. As pessoas com deficiência, sendo elas físicas, cognitivas, neurológicas entre outras, encontram, muitas barreiras na sua inserção na sociedade, seja por falta de acessibilidade ou ainda muito comum, ou mesmo o preconceito social.

O autismo não é considerado uma doença, mas uma condição, conforme nos diz a Lei Nº 12.764/12 em seu Artigo 1º, parágrafo 2º, “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”. (BRASIL, 2012). Essa Lei foi um grande passo pois possibilitou a garantia de vários direitos que hoje se pode usufruir.

Notamos em narrativas sobre o assunto, ou até mesmo em conversas com familiares que passam por essa situação, que é muito difícil estar preparado para receber o diagnóstico de autismo do seu filho. Existem pais que ao descobrirem o diagnóstico acabam isolando seus filhos, sem perceber que este não é o melhor caminho, privá-los do contato com os outros não é a melhor solução, pois convivência com a sociedade, por mais difícil que seja, será necessária para que

consigam conviver em sociedade de forma independente quando estiverem mais velhos.

O direito e o acesso à educação são garantidos pela Constituição Federal conforme já mencionado. A LDB 9394/96 traz várias especificações sobre a inclusão de alunos com deficiência. A Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para que pessoas diagnosticadas com este transtorno possam ser equiparadas a pessoas com deficiências, garantindo aos mesmos vários direitos.

Assim podemos evidenciar que os alunos com autismo têm o direito a frequentar o ensino regular, mas isso muitas vezes não ocorre. O autismo pode variar seu diagnóstico, varia entre os graus de leve a severo, dependendo das condições e do grau que apresenta, uma pessoa com autismo possui condições de frequentar a escola regular, já alguns casos que possuem um grau muito severo não possuem condições de frequentar uma escolar regular, apenas tratamentos específicos.

A criança com autismo quando matriculada em escola regular tem direito garantido em casos comprovados a necessidade, de possuir acompanhante especializado em sala de aula, conforme especifica o Decreto presidencial 8.368/14:

> Art. 4º É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.§ 1º O direito de que trata o caput será assegurado nas políticas de educação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.§ 2º Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar (BRASIL, 2014)

Está assegurado por Lei, mas muitas vezes os alunos não têm acesso a esse acompanhamento, um “monitor” para mais de um aluno em uma mesma sala e isso não surge o resultado esperado, muitas vezes frustra os familiares que podem acabar abandonando o ensino regular.

A capacitação dos profissionais que atuam diretamente com os alunos com deficiências é um dos desafios da inclusão, sendo fundamental para o desenvolvimento destes alunos que os professores estejam preparados para atuar nessas condições.

> Para que haja inclusão do aluno autista na escola o professor precisa estar capacitado e estar disposto a inserir em sua prática pedagógica diferentes metodologias para que haja a inclusão da criança autista. As dificuldades são enormes tanto para a escola quanto para os alunos e professores. (LASKOSK, SILVA e SOUSA, 2017, p.)

Devemos sempre lembrar que alunos com autismo, não podem de modo algum ter seu empenho comparado ao demais, devido as suas limitações. Alguns alunos realizam as atividades de forma ou tempo diferente de seus colegas, é preciso lembrar que é importante desenvolver as habilidades sociais e cognitivas, levando a escola a adapta-se ao aluno.

> Para que haja inclusão do aluno autista na escola o professor precisa estar capacitado e estar disposto a inserir em sua prática pedagógica diferentes metodologias para que haja a inclusão da criança autista. As dificuldades são enormes tanto para a escola quanto para os alunos e professores. (LASKOSK; SILVA; SOUSA, 2017)

A inclusão escolar dos portadores de autismo representa uma pequena fatia sobre a inclusão, a família precisa estabelecer uma conexão com a escola, pois é através dos pais que a escola irá receber informações preciosas sobre seus filhos, sendo que estas informações são de fundamentais na construção de um planejamento educacional para a crianças autistas.

São grandes os desafios para incluir as pessoas com autismo tanto na sociedade ou no ambiente escolar, é necessário que informações sobre o autismo tenha mais destaque. É necessário que a própria sociedade trate os autistas com admiração ressaltando suas qualidades, eliminando o pensamento e tratamentos os quais os transformam em coitadinhos e necessitados, lembrando que a superação é uma via de mão dupla, um superando faz o outro superar também.

3 METODOLOGIA

A metodologia é uma parte muito importante dos trabalhos científicos, pois nela estará descrita minuciosamente os processos e procedimentos que foram utilizados para a construção do mesmo.

Uma pesquisa bem organizada precisa possuir primeiramente uma boa metodologia. Considerado isso, este trabalho utilizou-se de vários procedimentos metodológicos para que o objetivo principal fosse alcançado, sendo que estes procedimentos estão descritos abaixo.

3.1 TIPO DE ESTUDO

O primeiro passo realizado nesta pesquisa foi o levantamento bibliográfico sobre o tema, o qual foi utilizado informação encontradas em periódicos, livros, sites da internet de fontes confiáveis, e artigos científicos e legislação vigente.

> A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32 Apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009, P.37).

Após o levantamento bibliográfico, optou-se por trabalhar com uma abordagem qualitativa. Utilizando questionários aplicados à diretora da instituição e aos pais de alunos com Autismo. Os dados colhidos com estes questionários foram utilizados para responder à pergunta problema da pesquisa.

Com objetivo descritivo, esta pesquisa traz uma serie de informações e descreve fatos da realidade que foi investigada, utilizando além do procedimento bibliográfico, a pesquisa de campo. A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas (FONSECA, 2002).

3.2 SUJEITO DE ESTUDO

O local escolhido para esta pesquisa foi a instituição chamada “APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, na cidade de Tupanciretã - RS, que é uma organização social cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

A APAE oferece diversos serviços em diversas áreas como, na área da saúde, educação, proteção, capacitação e assistência social. O sujeito desta pesquisa foram os pais dos alunos com autismo frequentam a APAE e a diretora da instituição.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para esta pesquisa, além dos dados observados durante as visitas, foram elaborados dois questionários, o primeiro foi entregue a responsável pela instituição, com perguntas abertas com o intuito de conhecer o funcionamento da mesma, assim como identificar a quantidade de alunos frequentes, que possuem autismo.

O segundo questionário foi elaborado para ser aplicado aos pais, esse com perguntas também abertas, mas com a finalidade de saber as dificuldades que as famílias encontram na inclusão de seus filhos, assim como outros aspectos.

3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Primeiramente após a apresentação da pesquisa e a concordância da instituição em participar mesma, em uma segunda visita, foi feito um reconhecimento das instalações da instituição, assim como seu funcionamento.

Após a conversa e por conseguinte a aplicação do questionário com a diretora da instituição foi deixado os questionários dos pais para que a mesma pudesse entregá-los, conforme foi orientado. A diretora entregou aos pais dos alunos e explicou que não era obrigado a responder, após um período determinado, todos foram recolhidos e entregue.

3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Os questionários foram coletados, organizados e, posteriormente, analisados. Vale colocar que no momento da coleta dos questionários, realizou-se um breve conversa com a diretora acerca do funcionamento da instituição.

É importante colocar que, no questionário, as questões levantadas aos pais também foram feitas em forma de perguntas abertas e colocadas depois em forma de texto, como eram poucos alunos não ficou difícil de interpretar as respostas.

3.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Este estudo foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), tendo carta de anuência, termo de aceite da instituição, assim como os questionários aprovado pelo mesmo.

Para maior garantia dos participantes da pesquisa, os documentos serão arquivados por um período de 5 (cinco) anos a partir da data da coleta dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÔES

A Escola Santa Clara – APAE de Tupanciretã está localizada na Rua Borges do Canto, 294 -no Centro da cidade de Tupanciretã no estado do Rio Grande do Sul, teve sua fundação em 09 de junho de 1980 tendo como Dr. Adonir Campara, Médico pediatra renomado da cidade, seu primeiro presidente, sendo seu principal objetivo promover sem finalidade lucrativa o bem estar e proteção das pessoas com deficiência.

Atualmente a instituição conta com 51 alunos que possuem faixa etária variada, 7 a 60 anos, sendo que os mesmos passam por uma triagem com profissionais especializados para o ingresso.

Em seu quadro profissional conta com 9 (nove) professores, 3 (três) monitores, 2 (dois) psicólogos, 1 (um) terapeuta ocupacional, 1 (um) educador especial, 1 (um) fisioterapeuta e 1 (uma) fonoaudióloga. Cada profissional trabalha de acordo com seu paciente e as orientações as quais lhe foram passadas. Sendo que a instituição oferece regularmente capacitação a seus profissionais através de diversas maneiras.

A instituição oferece várias atividades complementares além das de saúde, as de socialização, em datas comemorativas e, também possui um grupo de dança.

A APAE de Tupanciretã é uma instituição sem fins lucrativos, para manter-se em funcionamento recebe ajuda de doações do comércio e de moradores da cidade, assim como, da parceria com a prefeitura da cidade, além de outras formas, como eventos beneficentes.

Dentre o total de alunos que frequentam a instituição 3 são diagnosticados com Transtorno do espectro do autismo, sendo eles na faixa etária dos 7 aos 13 anos, existem também alguns casos que possuem alguma deficiência e existem investigação de autismo. Sendo que, quando o aluno vem como o diagnóstico de TEA ele recebe orientação específica para cada caso, pois casos se diferem e não podem serem padronizados.

A instituição trabalha diretamente com o preconceito, e percebe a dificuldade de inclusão dos autistas no meio social e educacional. A instituição em si, não pode avaliar o motivo dessa dificuldade, mas acredita que o medo e falta de informação são fatores determinantes.

Por isso a APAE de Tupanciretã está sempre buscando trazer atividades que envolvam a comunidade, oferendo cursos, palestras, abrindo as portas, promovendo eventos para envolver a todos em uma causa e assim trazendo conhecimento, diminuindo o preconceito e promovendo a inclusão.

Em conversa com a diretora foi colocada a questão, que sabemos que existe uma quantidade maior de autista na cidade, mas porque apenas um pequeno número frequenta a instituição. A diretora acredita que isso se deve à diversos fatores, alguns possuem uma condição financeira boa e fazem tratamentos particulares, mas muitos não possuem laudo médico, sendo assim, a instituição não tem como aceitar sem esse laudo, pode orientar os pais o caminho a procurar para depois poder acolhê-los. E outro caso que ocorre muito é o preconceito dentro da própria família, muitas não aceitam que seus filhos têm problemas, ou acham que a instituição é apenas para pessoas com problemas mentais, o que é um grande equívoco.

Conforme conversa com a diretora os questionários destinados aos pais ficaram com a mesma que ficou responsável de entregar e recolher, após uns dias foi retornado à instituição para verificar se os pais se dispuseram a responder e recolher os mesmos, todos os três responderam.

As crianças que frequentam a APAE de Tupanciretã diagnosticada com autismo possuem 9, 10 e 13 anos. Quanto ao diagnóstico duas delas foram aos 3 anos de idade, mas por percepções diferentes, uma das famílias percebeu depois de notar atrasos na fala, a outra percebia resistência na socialização e relacionamento mostrando-se isolado e em alguns momentos agressivo.

Apenas um teve o diagnóstico tardio, pois inicialmente apenas era tratado com o diagnóstico de epilepsia seguido do TGD (transtorno global do desenvolvimento) com DI (Deficiência intelectual).

Em relação as dificuldades encontradas, as respostas diferem: a primeira relata que existem falta de profissionais devidamente capacitados ou habilitados na área, já para outra família a principal dificuldade está relacionada a mudança de rotina, lugares que não conhece e principalmente superar as estereotipias que a condição apresenta, já para outra família seria a falta de informação e divulgação sobre o assunto.

Dentre os 3 alunos apenas 1 estuda em escola regular, mas a família relata que ele tem auxílio de uma monitora, mas que a mesma atende mais 3 crianças na

mesma turma que precisam do mesmo auxílio, todas ao mesmo tempo. A família desse aluno que frequenta a escola regular relatou que foi encontrado diversos desafios quando o mesmo foi inserido neste ambiente, pois não havia nenhuma criança autista na escola até aquele momento, isso foi em 2016, mas hoje já tem 3 alunos com o mesmo diagnóstico que frequentam a mesma escola. O preparo dos profissionais do setor de educação com certeza ainda é o maior desafio para essa família.

As outras duas famílias relataram que até tentaram inserir seus filhos na escola regular, mas devido as várias dificuldades encontradas, que foram desde o preparo dos profissionais até a estrutura escolar isso se tornou impossível.

Quando questionados sobre as politicas públicas as respostas foram muito parecidas mas com palavras diferentes, as famílias esperam que as leis se adaptem a realidade, que na sua perspectiva hoje existe uma falsa inclusão, pois não há capacitação dos profissionais envolvidos para acolher os alunos com autismos nas escolas, pensar em politicas para os autistas na velhice, treinar profissionais de saúde assim como esclarecer a própria população como um todo, pois existe muito preconceito.

5 CONCLUSÕES

O transtorno do espectro do autismo é uma condição a qual o indivíduo apresenta dificuldades em se relacionar, apresentam dificuldades de comunicação, socialização e alterações e comportamentais, os sintomas variam de pessoa para pessoa pois o autismo pode ser classificado depende de seu grau que vai de leve, moderado a severo.

Normalmente as crianças são diagnosticadas com autismo entre 1 ano e meio a 3 anos, mas podem ocorrer casos mais tardios. Pessoas com autismo não apresentam características físicas distintas, o mesmo não existe cura, mas tratamento que deve ser orientado pelo médico que vai depender de cada caso, e por isso a importância de diagnosticar o mais cedo possível.

Atualmente as Leis Brasileiras garantem a inclusão de pessoas com deficiência, os autistas amparados por a Lei 12.764/12 possuem os mesmos direitos de pessoas com deficiência, sendo assim os autistas tem direito a frequentar a escolar regular como o auxílio de uma monitora quando ou comprovada sua necessidade ou solicitada.

A cidade que foi o foco de nossa pesquisa é consideravelmente pequena, quase todos os moradores se conhecem ou já ouviram falar um do outro, logo quando uma criança apresenta um diagnóstico diferente chama atenção e a curiosidade da sociedade. O autismo na cidade não é algo recente pode ser que seja por falta de conhecimento ou diagnostico hoje saiba de mais casos de crianças diagnosticadas com essa condição, nem todas as crianças diagnosticadas com autismo na referida cidade frequentam o local escolhido para o estudo.

Mesmo assim resolvemos tomar por amostra os alunos que frequentam a APAE de Tupanciretã para responder nosso problema, pois a instituição APAE faz um trabalho muito importante para a sociedade, não tem fins lucrativos e depende de doações e atualmente conta com a parceria da prefeitura municipal para manter seu funcionamento.

A “própria instituição” sabe da existência de vários casos de autismo na cidade, mas relata que a falta de diagnóstico pela recusa de aceitação da família, e o poder aquisitivo de outras, levam a ter poucos alunos com este tipo de transtorno matriculado na instituição.

As questões apresentadas pelas famílias entrevistadas na instituição não se difere muito das que foram encontrada na literatura, dos três alunos que frequentam a instituição apenas um frequenta a escola regular, possui monitora, mas a mesma atende outros alunos com problemas na sala, os outros dois tentaram o ingresso na escola regular mas devido as imensas dificuldades apresentadas dessistiaram.

Sendo assim, podemos destacar que dentre as muitas dificuldades na inclusão dos alunos autistas na escola regular na cidade de Tupanciretã, um dos fatores principais é a falta de qualificação dos profissionais envolvidos, a estrutura e o ambiente da escola, o esclarecimento da própria sociedade, assim como políticas públicas.

Podemos concluir que o autismo nunca será um assunto fechado, sempre terá espaço para discussões, neste momento podemos dizer que ainda existe um despreparo dos profissionais envolvidos na educação. Mas como serão essas pessoas na fase adulta? O governo precisa planejar políticas nesse sentido também.

REFERÊNCIAS

BOSA C. A. **As Relações entre Autismo, Comportamento Social e Função Executiva. Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em outubro de 2019.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.956,** DE 8 DE OUTUBRO DE 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm. Acessado em outubro de 2019.
.
BRASIL. **Lei nº 12.764,** de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acessado em: outubro de 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, T. SILVEIRA, D. **Métodos de pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1ª Edição, 2009. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acessado em outubro de 2019.

KENYON, P. B; KEYON, S. E; MIGUEL, C. F. **Análise Comportamental Aplicada** (ABA) – Um modelo para a educação especial. In: CAMARGOS Jr, W. et. al. Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. Brasília: Corde, 2002. p. 148-154.

LASKOSK, T. SILVA, F.; e SOUSA. **AUTISMO E ESCOLA: os desafios e a necessidade da inclusão.** 2017. Disponível em: http://refaf.com.br/index.php/refaf/article/viewFile/249/pdf. Acessado em outubro de 2019.

MACIEL, Ana Luiza Barbosa; RECH, Tatiana Luiza. Educação Inclusiva como Direito Fundamental: desafios atuais. In: LEAL, Mônia Clarissa Hennig; CUSTÓDIO, André Viana (Orgs). **Fundamentos constitucionais das políticas públicas** [E-book].1. ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019., 2018. p. 83-93. Disponível em: < https://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/e-book_Fundamentos-constitucionais-v1.pdf >. Acesso em: 08 nov. 2019.

MORAL, A. et al. **CARTILHA ENTENDENDO O AUTISMO.** USP. 2017. Disponível em: http://www.iag.usp.br/~eder/autismo/Cartilha-Autismo-final.pdf. Acessado em outubro de 2019

OLIVEIRA. E. Autismo na Escola: Pontos e Contrapontos na Escola Inclusiva, **Monografias Brasil Escola.** 2015. Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/autismo-na-escola-pontos-contrapontos-na-escola-inclusiva.htm. Acessado em outubro de 2019.

PIECZKOWSKI, Silvane Inês. **A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede municipal de Cruz Alta/RS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade de Cruz Alta, 2018.

SANTOS. A, SANTOS. R. **Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca**. Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_07.pdf. Acessado em: outubro de 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SILVA, A. B. B. & GAIATO, M. B. & REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012
.
SOUZA. F. Educação Para Todos Sob A Ótica Da Inclusão Escolar Exigências E Diretrizes. **Monografias Brasil Escola. 2019.** Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/educacao/fabiana-souza-araujoeducacao-para-todos-sob-otica-inclusao-escolar-exigencias-diretrizes.htm. Acessado em outubro de 2019.

VINOCUR. E. **Autismo: o que é, sintomas e tipos**. Blog Minha Vida Disponível em: https://www.minhavida.com.br/saude/temas/autismo. Acessado em outubro de 2019.

XAVIER. A. **A Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola Regular.** 2012. Disponível em: http://www.arcos.org.br/artigos/a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-na-escola-regular/. Acessado em: outubro de 2019

APÊNDICE A: Questionário destinado a direção da instituição

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE EM CRUZ ALTA

Caro responsável pela instituição,

Este questionário é parte integrante da pesquisa **"AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA (TEA) NAS ESCOLAS REGULARES DA CIDADE DE TUPANCIRETÃ: UM RELATO DOS FAMILIARES"**

Ressaltamos que os dados aqui obtidos serão utilizados apenas para fins de estudo e, em caso da publicação desse, ou de alguma parte, o anonimato lhe será garantido. Desde já agradecemos a sua colaboração.

Instituição:

Cargo:

1) Número de alunos que frequentam a instituição e faixa etária:
2) que possuem TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) e faixa etária
3) Como se dá o ingresso dos alunos na instituição?
4) Quantos profissionais a instituição possui, e quais áreas os mesmos atuam
5) Quais atividades são oferecidas aos alunos?
6) A instituição oferece algum tipo de capacitação e reciclagem a seus profissionais? Caso a resposta seja positiva, de que forma?
7) Existem atividades destinadas especificamente aos alunos que possuem TEA (Transtorno do Espectro do Autismo)? Quais?
8) A instituição consegue identificar se existem dificuldades de inclusão dos alunos com TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) na sociedade assim como no ensino regular? Caso exista cite algumas?

9) A Instituição oferece algum tipo de ações para a comunidade sobre o tema TEA (Transtorno do Espectro do Autismo)?

APÊNDICE B: Questionário destinado aos País

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE DE CRUZ ALTA

Caro Srs. Pais

Este questionário é parte integrante da pesquisa **"AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA (TEA) NAS ESCOLAS REGULARES DA CIDADE DE TUPANCIRETÃ: UM RELATO DOS FAMILIARES"**

Ressaltamos que os dados aqui obtidos serão utilizados apenas para fins de estudo e, em caso da publicação desse, ou de alguma parte, o anonimato lhe será garantido. Desde já agradecemos a sua colaboração.

1) Qual a idade de seu filho?
2) Quando e como você identificou a TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) no seu filho?
3) Quais as dificuldades encontradas referente ao TEA (Transtorno do Espectro do Autismo)?
4) Seu filho estuda na escola regular? Em caso de uma resposta positiva ele possui algum tipo de monitora específica para auxiliá-lo durante as aulas?
5) Em relação a inclusão de seu filho na escola regular, foi encontrado algum desafio?
6) O que você acha que poderia mudar em relações as políticas públicas para pessoas com autismo?

APÊNDICE C: Termo de consentimento e livre esclarecimento

Prezado Diretor:

Sou estudante do Curso de Pedagogia – Licenciatura, ofertado pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, Unidade de Cruz Alta e estou **convidando você a participar da pesquisa intitulada** "O AUTISMO E AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO". O objetivo geral do estudo é "Caracterizar os desafios concernentes ao processo de inclusão dos alunos autistas na escola pública". Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, Eva Altina Rodrigues Da Silva, e-mail: evarsilva2010@gmail.com, telefone. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, CEP-UERGS, Av. Bento Gonçalves, 8855, Bairro Agronomia, Porto Alegre/RS – CEP: 90540-000 Fone/Fax: (51) 33185148 - E-mail: cep@uergs.edu.com.br.

Sua participação envolve em responder um questionário com questões abertas e fechadas.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico, especialmente, para a qualificação da educação de jovens e adultos.

Os riscos da pesquisa serão mínimos, podendo ocorrer, em casos muito raros, o constrangimento dos sujeitos de pesquisa em relação a alguma pergunta do questionário. Para minimizar estes riscos, você poderá responder o questionário em casa e depois entregar ao seu professor em envelope sem identificação.

Os participantes terão direito a ressarcimento, caso haja alguma despesa, mesmo que não prevista, desde que seja de responsabilidade dos pesquisadores.

Atenciosamente,

_____ Tupanciretã, ___ de_____ 2019.

Eva Altina Rodrigues Da Silva

Matrícula:

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

_____ _____

Nome e assinatura do participante Local e data

APÊNDICE D: Carta de Apresentação

uergs

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM CRUZ ALTA

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ilmo. (a) Sr.(a) Laisiâne Kuhn

Ao cumprimentá-lo(a), encaminhamos a Vossa Senhoria o(a) acadêmico(a) Ana Altina Rodrigues da Silva, do 8º semestre do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, a qual está realizando atividades de desenvolvimento e práticas para o Projeto de Pesquisa TCC II "As Dificuldades da Inclusão de Alunos com (TEA) nas escolas regulares na cidade de Tupanciretã-RS

Agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para fornecer as informações complementares que se fizerem necessárias a esta carta de apresentação.

Cruz Alta, 19 de agosto de 2019.

Prof. Fabricio Soares
Docente Titular do Componente Curricular
Pesquisa em Educação: Trabalho de Conclusão de Curso II
Uergs - Unidade Universitária em Cruz Alta
(55) 3322-9563

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - CNPJ 04.732.975/0001-65
Rua Andrade Neves, 336 - Centro - Cruz Alta/RS - CEP: 98025-810 - Fone: (55) 3322-9563

ANEXO A: Declaração de Instituição Co-participante

Escola de Educação Especial Santa Clara
Mantenedora APAE Tupanciretã
Autorização de Funcionamento Portaria n.° D.O
Parecer do Conselho Estadual de Educação 1286.
Rua Borges do Canto, nº294, CEP 98170-000 Fone (55)32721792.
E-mail: tupanciretã@apaers.org.br

"Familia e pessoa com deficiência, protagonistas na implementação das politicas publicas"

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Declaramos para os devidos fins que concordamos e autorizamos o desenvolvimento da pesquisa "o AUTISMO E AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO" de autoria do pesquisador Odilon Stramare e da pesquisadora Eva Altina Rodrigues da Silva a ser desenvolvido em nossa instituição/empresa. Informamos que conhecemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será assinado pelos sujeitos de pesquisa participantes de nossa instituição APAE (Associação de Pais e amigos dos excepcionais na cidade de Tupanciretã – Rs).

Cumpriremos o que determina as resoluções vigentes, Resolução CNS 466/2012 e a Resolução 510/2016, e contribuiremos com a pesquisa mencionada sempre que necessário, fornecendo informações.

Antes do início da coleta dos dados o (a) pesquisador (a) responsável deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Sabemos que a instituição APAE poderá a qualquer fase desta pesquisa retirar esse consentimento e neste caso, informaremos o(a) pesquisador(a) acima mencionado. Além disto, concordamos que os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e/ou revistas cientificas, garantindo o sigilo e a privacidade dos participantes envolvidos na pesquisa.

Colocamo-nos à disposição para qualquer dúvida que se faça necessária.

Atenciosamente,

Tupanciretã, 11 de setembro de 2019.

Lisliane Kuhn

Lisliane kuhn- Diretora CPF- 686.663.900-00
CNPJ- 89.855.175/0001-94

Escola de Educação Especial Santa Clara
Mantenedora APAE Tupanciretã
Autorização de Funcionamento portaria nº D.O
Parecer do Conselho Estadual de Educação 1286
CNPJ 89.855.175/0001-94